

RESUMO: O projeto de extensão GRUPOS DE ARTESANATO COM MULHERES: SABONETES ARTESANAIS E ECOFEMINISMO - 2017 integra o *Programa de Extensão Justiça com as próprias mãos: manualidades e direitos humanos das mulheres*. Por meio deste projeto são realizadas, semanalmente, oficinas de produção de sabonetes artesanais com ervas medicinais, com mulheres que cumprem pena no Presídio Feminino Madre Pelletier, na zona sul de Porto Alegre (RS). As turmas variam a cada três semanas e são compostas por, no máximo, 15 mulheres. Baseadas nos Direitos Humanos das Mulheres, no Ecofeminismo e na Educação Popular, as oficinas objetivam a difusão do conhecimento científico e tecnológico através de um modelo de educação alternativo. Atuando fora de espaços escolares, proporcionam momentos de aprendizagem coletiva, valorizando os saberes populares das mulheres incorporados ao longo das suas experiências de vida, além da discussão sobre outra lógica de produção da vida social – através do trabalho artesanal. Ocorrem em duas salas de uso da UFRGS, situadas nas dependências do Presídio Feminino, as quais denominamos Sala Verde-Lilás sendo, respectivamente, uma alusão aos ambientes de democratização do acesso às informações sobre ecologia e sustentabilidade; e aos espaços de acolhimento humanizado para mulheres em situação de violência. Objetivando unir ambos os ideários nas salas, colocamos em prática, através das oficinas, atividades que visam discutir os impactos sociais e ambientais da produção a partir da lógica artesanal, em contraponto à lógica capitalista. Por meio de uma proposta pedagógica alternativa, buscamos que os conhecimentos populares das mulheres participantes dialoguem com os conhecimentos acadêmicos, buscando valorizar ambos os saberes. Compartilhamos referências de mulheres marginalizadas ao longo da história – sejam elas militantes, artistas, escritoras, curandeiras ou “médicas locais” e teóricas feministas, com o objetivo de problematizar os Direitos Humanos das Mulheres. Esta escolha, objetiva a problematização de um contexto social mais amplo. Historicamente, as mulheres são marcadas por papéis sociais designados a elas: a função dos cuidados com o lar e da responsabilidade com a família e os maridos; assim como do pertencimento ao lar e não aos espaços públicos; seus corpos vistos como frágeis, até mesmo puros e santos; a disciplina, a obediência e a servidão. Com isso, se violar a lei concede o estigma da transgressão, mulheres que a violam carregam um duplo estigma, tornando-se representações daquilo que as demais não devem ser, pois além de violar o marco legal, violam as convenções de gênero. Pudemos presenciar a expressão de mulheres apenadas, que estão reclusas há semanas, meses ou anos. Ouvimos sobre a solidão, a espera da visita e sobre os sentimentos aflorados no aprisionamento que, em alguns casos, originou-se de uma trajetória de violação de direitos, marcada pela violência e pelo abandono. Contudo, percebe-se que são mulheres motivadas a aprender com as oficinas, assim como em discutir sobre os Direitos Humanos das Mulheres – discussões essas que buscam consolidar propostas pedagógicas diferenciadas, que tem contribuído para outros olhares sobre a Educação nas Prisões para acadêmicas e professoras universitárias que integram este projeto.